

JOSÉ AFONSO DA SILVA

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

44^a EDIÇÃO

Revista e atualizada

*até a Emenda Constitucional
n. 125, de 14.7.2022*



**EDITORA
JusPODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



**MALHEIROS
EDITORES**

CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

© José Afonso da Silva

1ª ed., 1976; 2ª ed., 1984; 3ª ed., 1985; 4ª ed., 1ª tir., 1987, 2ª tir., 1988;
5ª ed., 1989; 6ª ed., 1ª e 2ª tirs., 1990; 7ª ed., 1991; 8ª ed., 1992; 9ª ed.,
1ª tir., 1992, 2ª e 3ª tirs., 1993, 4ª tir., 1994; 10ª ed., 1995; 11ª e 12ª eds., 1996;
13ª e 14ª eds., 1997; 15ª ed., 1998; 16ª ed., 1999; 17ª e 18ª eds., 2000;
19ª ed., 2001; 20ª e 21ª eds., 2002; 22ª ed., 2003; 23ª ed., 2004; 24ª e
25ª eds., 2005; 26ª e 27ª eds., 2006; 28ª e 29ª eds., 2007; 30ª e 31ª eds., 2008;
32ª ed., 2009; 33ª ed., 2010; 34ª ed., 2011; 35ª ed., 2012; 36ª ed., 2013; 37ª ed., 2014;
38ª ed., 2015; 39ª ed., 2016; 40ª ed., 2017; 41ª ed., 2018; 42ª ed., 2019;
43ª ed., 2020.

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.*

Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171

CEP 04531-940 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495

URL: www.malheiroseditores.com.br

e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa: Ana Caquetti.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

08.2022

1222496

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c Silva, José Afonso da.

Curso de direito constitucional positivo / José Afonso da Silva.
– 44. ed., rev. e atual. / até a Emenda Constitucional n. 125, de
14.7.2022. – São Paulo : Malheiros, 2022.
936 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice.
ISBN 978-65-5860-034-3

1. Direito constitucional. 2. Direito constitucional – Brasil.
I. Título.

CDU 342(81)
CDD 342.81

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional : Brasil 342(81)

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE
DOS CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

TÍTULO I
DO DIREITO CONSTITUCIONAL E DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo I – Do Direito Constitucional

1. Natureza e conceito.....	35
2. Objeto	36
3. Conteúdo científico	37

Capítulo II – Da Constituição

<i>I. CONCEITO, OBJETO E ELEMENTOS</i>	
1. Conceito de constituição.....	39
2. Concepções sobre as constituições.....	40
3. Classificação das constituições	42
4. Objeto e conteúdo das constituições.....	45
5. Elementos das constituições	46
<i>II. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO</i>	
6. Rigidez e supremacia constitucional	47
7. Supremacia material e supremacia formal.....	47
8. Supremacia da Constituição Federal.....	48
<i>III. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE</i>	
9. Inconstitucionalidades.....	48
10. Inconstitucionalidade por ação	49
11. Inconstitucionalidade por omissão.....	49
12. Sistemas de controle de constitucionalidade	51
13. Critérios e modos de exercício do controle jurisdicional	52
14. Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	52
15. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	54
<i>IV. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE</i>	
16. A questão constitucional	58
17. Finalidade e objeto da ação declaratória de constitucionalidade	59
18. Legitimação e competência para a ação.....	61

19. Efeitos da decisão da ação declaratória de constitucionalidade	62
V. <i>EMENDA À CONSTITUIÇÃO</i>	
20. Terminologia e conceito	63
21. Sistema brasileiro	65
22. Poder constituinte e poder reformador	66
23. Limitações ao poder de reforma constitucional	67
24. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional	70

Capítulo III – Da Evolução Político-Constitucional do Brasil

I. FASE COLONIAL

1. Capitânias hereditárias	71
2. Governadores-gerais	72
3. Fragmentação e dispersão do poder político na colônia	72
4. Organização municipal na colônia	74
5. Efeitos futuros	74

II. FASE MONÁRQUICA

6. Brasil, Reino Unido e Portugal	74
7. Influência das novas teorias políticas e o movimento constitucional.	75
8. A Independência e o problema da unidade nacional	76
9. A Constituição imperial	76
10. Centralização monárquica	77
11. Mecanismo político do poder central	78
12. Os liberais e o ideal federalista	78
13. Vitória das forças republicano-federalistas	79

III. FASE REPUBLICANA

14. Organização do regime republicano	79
15. A Constituição de 1891	80
16. A Revolução de 1930 e a questão social	83
17. A Constituição de 1934 e a ordem econômica e social	83
18. O Estado Novo	84
19. Redemocratização do país e a Constituição de 1946	85
20. Regime dos Atos Institucionais	88
21. A Constituição de 1967 e sua Emenda 1	88
22. A Nova República e a Constituição de 1988	90
23. O plebiscito, a revisão e emendas constitucionais	92

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I – Dos Princípios Constitucionais

1. Princípios e normas	93
2. Os princípios constitucionais positivos	94

3. Conceito e conteúdo dos princípios fundamentais.....	95
4. Princípios fundamentais e princípios gerais do Direito Constitucional	97
5. Função e relevância dos princípios fundamentais.....	97

Capítulo II – Dos Princípios Constitucionais do Estado Brasileiro

I. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1. O País e o Estado brasileiros.....	99
2. Território e forma de Estado.....	100
3. Estado Federal: forma do Estado brasileiro	101
4. Forma de Governo: a República	104
5. Fundamentos do Estado brasileiro.....	106
6. Objetivos fundamentais do Estado brasileiro.....	107

II. PODER E DIVISÃO DE PODERES

7. O princípio da divisão de poderes.....	108
8. Poder político	108
9. Governo e distinção de funções do poder	109
10. Divisão de poderes.....	110
11. Independência e harmonia entre os poderes	111
12. Exceções ao princípio.....	113

III. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

13. Democracia e Estado de Direito.....	114
14. Estado de Direito	114
15. Estado Social de Direito.....	117
16. O Estado Democrático	119
17. Caracterização do Estado Democrático de Direito	121
18. A lei no Estado Democrático de Direito	123
19. Princípios e tarefa do Estado Democrático de Direito	124

*Capítulo III – Do Princípio Democrático
e Garantia dos Direitos Fundamentais*

I. REGIME POLÍTICO

1. Conceito de regime político.....	125
2. Regime político brasileiro	127

II. DEMOCRACIA

3. Conceito de democracia	127
4. Pressupostos da democracia	128
5. Princípios e valores da democracia	131
6. O poder democrático e as qualificações da democracia.....	135
7. Conceito de povo e democracia	137
8. Exercício do poder democrático.....	138
9. Democracia representativa.....	139
10. O mandato político representativo.....	140

11. Democracia participativa	143
12. Democracia pluralista	145
13. Democracia e direito constitucional brasileiro	147

SEGUNDA PARTE

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

TÍTULO I

A DECLARAÇÃO DE DIREITOS

Capítulo I – Formação Histórica das Declarações de Direitos

1. Generalidades	151
2. Antecedentes das declarações de direitos	151
3. Cartas e declarações inglesas	153
4. A Declaração de Virgínia	155
5. A Declaração Norte-Americana	157
6. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	159
7. A Declaração do Povo Trabalhador e Explorado	161
8. Universalização das declarações de direitos	163
9. Declaração de direitos nas constituições contemporâneas	168
10. Declaração de direitos nas constituições brasileiras	172

Capítulo II – Teoria dos Direitos Fundamentais do Homem

1. Inspiração e fundamentação dos direitos fundamentais	174
2. Forma das declarações de direitos	177
3. Conceito de direitos fundamentais	177
4. Natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais	181
5. Caracteres dos direitos fundamentais	182
6. Classificação dos direitos fundamentais	184
7. Integração das categorias de direitos fundamentais	186
8. Direitos e garantias dos direitos	188

TÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Capítulo I – Fundamentos Constitucionais

1. Conceito de direito individual	192
2. Destinatários dos direitos e garantias individuais	193
3. Classificação dos direitos individuais	196
4. Direitos coletivos	197
5. Deveres individuais e coletivos	198

Capítulo II – Do Direito à Vida e do Direito à Privacidade

I. DIREITO À VIDA

1. A vida como objeto do direito	199
2. Direito à existência	200

3. Direito à integridade física.....	201
4. Direito à integridade moral.....	203
5. Pena de morte.....	203
6. Eutanásia.....	204
7. Aborto.....	205
8. Tortura.....	206
<i>II. DIREITO À PRIVACIDADE</i>	
9. Conceito e conteúdo.....	208
10. Intimidade	208
11. Vida privada.....	210
12. Honra e imagem das pessoas	211
13. Privacidade e informática.....	211
14. Violação à privacidade e indenização	212

Capítulo III – Direito de Igualdade

1. Introdução ao tema	213
2. Igualdade, desigualdade e justiça.....	214
3. Isonomia formal e isonomia material.....	216
4. O sentido da expressão “igualdade perante a lei”	217
5. Igualdade de homens e mulheres	219
6. O princípio da igualdade jurisdicional	220
7. Igualdade perante a tributação	223
8. Igualdade perante a lei penal	225
9. Igualdade “sem distinção de qualquer natureza”	225
10. Igualdade “sem distinção de sexo e de orientação sexual”	226
11. Igualdade “sem distinção de origem, cor e raça”	226
12. Igualdade “sem distinção de idade”	227
13. Igualdade “sem distinção de trabalho”	228
14. Igualdade “sem distinção de credo religioso”	228
15. Igualdade “sem distinção de convicções filosóficas ou políticas”	229
16. O princípio da não discriminação e sua tutela penal	229
17. Discriminações e inconstitucionalidade	230

Capítulo IV – Direito de Liberdade

<i>I. O PROBLEMA DA LIBERDADE</i>	
1. Liberdade e necessidade.....	232
2. Liberdade interna e liberdade externa	233
3. Conteúdo histórico da liberdade	234
4. O problema da conceituação	234
5. Liberdade e liberação	235
6. Liberdade e democracia	236
<i>II. LIBERDADE E LIBERDADES</i>	
7. Formas da liberdade	236
8. Liberdade de ação e legalidade	237

<i>III. LIBERDADE DA PESSOA FÍSICA</i>	
9. Noção e formas	238
10. Liberdade de locomoção	239
11. Liberdade de circulação.....	241
12. A segurança pessoal – Remissão.....	242
<i>IV. LIBERDADE DE PENSAMENTO</i>	
13. Conceito e formas de expressão.....	243
14. Liberdade de opinião.....	243
14.1 Escusa de consciência.....	244
14.2 Formas de expressão	245
15. Liberdade de comunicação	
15.1 Noção e princípios	245
15.2 Liberdade de manifestação do pensamento.....	246
15.3 Liberdade de informação em geral	247
15.4 Liberdade de informação jornalística	248
15.5 Meios de comunicação.....	250
16. Liberdade religiosa.....	250
17. Liberdade de expressão intelectual, artística e científica e direitos conexos.....	255
18. Liberdade de expressão cultural.....	257
19. Liberdade de transmissão e recepção do conhecimento.....	258
<i>V. LIBERDADE DE AÇÃO PROFISSIONAL</i>	
20. Liberdade de escolha profissional: conceito e natureza.....	259
21. Acessibilidade à função pública.....	260
22. Regras de contenção.....	260
<i>VI. OS DIREITOS COLETIVOS</i>	
23. Direitos coletivos e liberdade de expressão coletiva.....	261
24. Direito à informação	262
25. Direito de representação coletiva.....	263
26. Direito de participação	264
27. Direito dos consumidores	265
28. Liberdade de reunião.....	266
29. Liberdade de associação.....	268
<i>VII. REGIME DAS LIBERDADES</i>	
30. Técnica de proteção das liberdades.....	270
31. Eficácia das normas constitucionais sobre as liberdades	270
32. Sistemas de restrições das liberdades individuais	271

Capítulo V – Direito de Propriedade

I. DIREITO DE PROPRIEDADE EM GERAL

1. Fundamento constitucional	272
2. Conceito e natureza	273
3. Regime jurídico da propriedade privada	274
4. Propriedade e propriedades	276
5. Propriedade pública	277

II. PROPRIEDADES ESPECIAIS

6. Considerações gerais.....	277
7. Propriedade autoral.....	278
8. Propriedade de inventos, de marcas e de nome de empresas.....	280
9. Propriedade-bem de família.....	281

III. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE

10. Conceito e classificação.....	281
11. Restrições.....	282
12. Servidões e utilização de propriedade alheia.....	282
13. Desapropriação e expropriação.....	283

IV. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

14. Questão de ordem.....	283
15. Conceito e natureza.....	284
16. Função social e transformação do regime de propriedade.....	285

TÍTULO III
DIREITOS SOCIAIS

Capítulo I – Fundamentos Constitucionais dos Direitos Sociais

1. Ordem social e direitos sociais.....	287
2. Direitos sociais e direitos econômicos.....	288
3. Conceito de direitos sociais.....	288
4. Classificação dos direitos sociais.....	289

*Capítulo II – Direitos Sociais Relativos aos Trabalhadores**I. QUESTÃO DE ORDEM*

1. Espécies de direitos relativos aos trabalhadores.....	290
--	-----

II. DIREITOS DOS TRABALHADORES

2. Destinatários.....	290
3. Direitos reconhecidos.....	292
4. Direito ao trabalho e garantia do emprego.....	292
5. Direitos sobre as condições de trabalho.....	295
6. Direitos relativos ao salário.....	296
7. Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador.....	297
8. Proteção dos trabalhadores.....	298
9. Direitos relativos aos dependentes do trabalhador.....	299
10. Participação nos lucros e cogestão.....	300

III. DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES

11. Caracterização.....	303
12. Liberdade de associação ou sindical	
12.1 Associação e sindicato.....	304
12.2 Liberdade e autonomia sindical.....	304
12.3 Participação nas negociações coletivas de trabalho.....	305

12.4 Contribuição sindical.....	306
12.5 Pluralidade e unicidade sindical	306
13. Direito de greve	307
14. Direito de substituição processual	308
15. Direito de participação laboral.....	308
16. Direito de representação na empresa	309

Capítulo III – Direitos Sociais do Homem Consumidor

<i>I. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À SEGURIDADE</i>	
1. Considerações gerais.....	310
2. Seguridade social.....	310
3. Direito à saúde	311
4. Direito à alimentação adequada	313
5. Direito à previdência social.....	314
6. Direito à assistência social	315
7. Vulnerabilidade social.....	315
<i>II. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À EDUCAÇÃO E À CULTURA</i>	
8. Significação constitucional.....	315
9. Objetivos e princípios informadores da educação.....	316
10. Direito à educação	317
11. Direito à cultura.....	317
<i>III. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À MORADIA</i>	
12. Fundamento constitucional	318
13. Significação e conteúdo	318
14. Condição de eficácia.....	319
<i>IV. DIREITO AMBIENTAL</i>	
15. Direito ao lazer.....	320
16. Direito ao meio ambiente	320
<i>V. DIREITOS SOCIAIS DA CRIANÇA E DOS IDOSOS</i>	
17. Proteção à maternidade e à infância.....	321
18. Direitos dos idosos	321

TÍTULO IV

DIREITO DE NACIONALIDADE

Capítulo I – Teoria do Direito de Nacionalidade

1. Conceito de nacionalidade.....	322
2. Natureza do direito de nacionalidade	323
3. Nacionalidade primária e nacionalidade secundária.....	324
4. Modos de aquisição da nacionalidade.....	324
5. O polipátrida e o “heimatlos”	325

Capítulo II – Direito de Nacionalidade Brasileira

1. Formação do povo brasileiro.....	328
-------------------------------------	-----

2. Fonte constitucional do direito de nacionalidade	329
3. Os brasileiros natos	330
4. Os brasileiros naturalizados	335
5. Condição jurídica do brasileiro nato	335
6. Condição jurídica do brasileiro naturalizado	336
7. Perda da nacionalidade brasileira.....	336
8. Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	337

Capítulo III – Condição Jurídica do Estrangeiro no Brasil

1. O estrangeiro	339
2. Especial condição jurídica dos portugueses no Brasil.....	339
3. Locomoção no território nacional	341
4. Aquisição e gozo dos direitos civis.....	342
5. Gozo dos direitos individuais e sociais.....	343
6. Não aquisição de direitos políticos.....	344
7. Asilo político	344
8. Extradicação	345
9. Expulsão.....	346
10. Deportação.....	347

TÍTULO V

DIREITO DE CIDADANIA

Capítulo I – Dos Direitos Políticos

1. Conceito e abrangência.....	348
2. Direitos políticos, nacionalidade e cidadania	349
3. Modalidades de direitos políticos.....	350
4. Aquisição da cidadania	350

Capítulo II – Dos Direitos Políticos Positivos

I. CONCEITO E INSTITUIÇÕES

1. Conceito	352
2. Instituições.....	352

II. DIREITO DE SUFRÁGIO

3. Conceito e funções do sufrágio	353
4. Formas de sufrágio.....	354
5. Natureza do sufrágio	359
6. Titulares do direito de sufrágio.....	359
7. Capacidade eleitoral ativa.....	360
8. Exercício do sufrágio: o voto	360
9. Natureza do voto	361
10. Caracteres do voto	362
11. Organização do eleitorado.....	367
12. O corpo eleitoral	369
13. Elegibilidade e condições de elegibilidade.....	370

14. Os eleitos e o mandato político – Remissão	371
<i>III. SISTEMAS ELEITORAIS</i>	
15. As eleições	372
16. Reeleição	373
17. O sistema majoritário	374
18. O sistema proporcional	375
19. O sistema misto.....	380
<i>IV. PROCEDIMENTO ELEITORAL</i>	
20. Noção e fases	382
21. Apresentação das candidaturas	382
22. O escrutínio	383
23. O contencioso eleitoral	383

Capítulo III – Dos Direitos Políticos Negativos

<i>I. SIGNIFICADO</i>	
1. Conceito	384
2. Conteúdo	384
3. Interpretação	385
<i>II. PRIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS</i>	
4. Modos de privação dos direitos políticos	385
5. Perda dos direitos políticos.....	386
6. Suspensão dos direitos políticos	387
7. Competência para decidir sobre perda e suspensão de direitos políticos	389
<i>III. REAQUISIÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS</i>	
8. Condições de re aquisição dos direitos políticos.....	389
9. Reaquisição dos direitos políticos perdidos.....	390
10. Reaquisição dos direitos políticos suspensos.....	390
<i>IV. INELEGIBILIDADES</i>	
11. Conceito de inelegibilidade	391
12. Objeto e fundamentos das inelegibilidades	391
13. Eficácia das normas sobre inelegibilidades.....	392
14. Inelegibilidades absolutas e relativas.....	393
15. Desincompatibilização.....	395

Capítulo IV – Dos Partidos Políticos

<i>I. IDEIA DE PARTIDO POLÍTICO</i>	
1. Noção de partido político.....	397
2. Origem e evolução dos partidos	397
3. Sistemas partidários	400
4. Institucionalização jurídico-constitucional dos partidos. Controles...	401
5. Função dos partidos e partido de oposição.....	403
6. Natureza jurídica dos partidos.....	405

<i>II. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA</i>	
7. Liberdade partidária	406
8. Condicionamentos à liberdade partidária.....	407
9. Autonomia e democracia partidária.....	408
10. Disciplina e fidelidade partidária	409
11. Sistema de controles dos partidos brasileiros.....	410
<i>III. PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA</i>	
12. Partidos e elegibilidade	411
13. Partido e exercício do mandato.....	412
14. Sistema partidário e sistema eleitoral.....	412
TÍTULO VI	
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	
<i>Capítulo I – Direitos e suas Garantias</i>	
1. Garantia dos direitos	415
2. Garantias constitucionais dos direitos	415
3. Confronto entre direitos e garantias: a lição de Ruy Barbosa	416
4. Classificação das garantias constitucionais	420
<i>Capítulo II – Garantias Constitucionais Individuais</i>	
<i>I. BASES CONSTITUCIONAIS</i>	
1. Conceito	422
2. Classificação	422
<i>II. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE</i>	
3. Conceito e fundamento constitucional	423
4. Lei e a expressão “em virtude de lei”	424
5. Legalidade e reserva de lei	425
6. Legalidade e legitimidade	427
7. Legalidade e poder regulamentar	428
8. Legalidade e atividade administrativa	430
9. Legalidade tributária	431
10. Legalidade penal	432
11. Princípios complementares do princípio da legalidade	432
12. Controle de legalidade	433
<i>III. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA</i>	
13. Fundamento	433
14. Monopólio judiciário do controle jurisdicional	434
15. Direito de ação e de defesa	434
16. Direito ao devido processo legal.....	434
17. Direito a uma duração razoável do processo.....	435
<i>IV. ESTABILIDADE DOS DIREITOS SUBJETIVOS</i>	
18. Segurança das relações jurídicas.....	436
19. Direito adquirido.....	437

20. Ato jurídico perfeito	438
21. Coisa julgada	439
<i>V. DIREITO À SEGURANÇA</i>	
22. Considerações gerais	440
23. Segurança do domicílio	440
24. Segurança das comunicações pessoais	441
25. Segurança em matéria penal	441
26. Segurança em matéria tributária	444
<i>VI. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS</i>	
27. Remédios, ações e garantias	445
28. Direito de petição	445
29. Direito a certidões	447
30. "Habeas corpus"	447
31. Mandado de segurança individual	449
32. Mandado de injunção	451
33. "Habeas data"	456
<i>Capítulo III – Garantias dos Direitos Coletivos, Sociais e Políticos</i>	
<i>I. GENERALIDADES</i>	
1. Colocação do tema	461
<i>II. GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS</i>	
2. Esclarecimentos prévios	461
3. Mandado de segurança coletivo	462
4. Mandado de injunção coletivo	465
5. Ação popular	465
<i>III. GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS</i>	
6. Normatividade dos direitos sociais	468
7. Tutela jurisdicional dos hipossuficientes	469
8. Sindicalização e direito de greve	469
9. Decisões judiciais normativas	469
10. Garantias de outros direitos sociais	470
<i>IV. GARANTIAS DOS DIREITOS POLÍTICOS</i>	
11. Definição do tema – Remissão	470
12. Eficácia dos direitos fundamentais	470

TERCEIRA PARTE

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES

TÍTULO I

DA ESTRUTURA BÁSICA DA FEDERAÇÃO

Capítulo I – Das Entidades Componentes da Federação Brasileira

1. Questão de ordem	475
---------------------------	-----

2. Componentes do Estado Federal	475
3. Brasília	476
4. A posição dos Territórios	477
5. Formação dos Estados	477
6. Os Municípios na federação	478
7. Vedações constitucionais de natureza federativa	480

Capítulo II – Da Repartição de Competências

1. O problema da repartição de competências federativas	481
2. O princípio da predominância do interesse	482
3. Técnicas de repartição de competências	482
4. Sistema da Constituição de 1988	483
5. Classificação das competências	483
6. Sistema de execução de serviços	486
7. Gestão associada de serviços públicos	487

Capítulo III – Da Intervenção nos Estados e nos Municípios

<i>I. AUTONOMIA E INTERVENÇÃO</i>	
1. Autonomia e equilíbrio federativo.....	488
2. Natureza da intervenção	488
<i>II. INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL</i>	
3. Pressupostos de fundo da intervenção. Casos e finalidades	489
4. Pressupostos formais. O ato de intervenção: limites e requisitos	490
5. Controle político e jurisdicional da intervenção.....	492
6. Cessação da intervenção: consequências	492
7. O interventor. Responsabilidade civil.....	493
<i>III. INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS</i>	
8. Fundamento constitucional	494
9. Motivos para a intervenção nos Municípios	494
10. Competência para intervir	495

TÍTULO II DO GOVERNO DA UNIÃO

Capítulo I – Da União como Entidade Federativa

<i>I. NATUREZA DA UNIÃO</i>	
1. Significado e conceito de União	496
2. União federal e Estado federal	497
3. Posição da União no Estado federal	497
4. União e pessoa jurídica de Direito Internacional	498
5. União como pessoa jurídica de direito interno	499
6. Bens da União	499
<i>II. COMPETÊNCIAS DA UNIÃO</i>	
7. Noção e classificação	500
8. Competência internacional e competência política	500

9. Competência administrativa	501
10. Competência na área de prestação de serviços	502
11. Competência em matéria urbanística	503
12. Competência econômica	504
13. Competência social	504
14. Competência financeira e monetária	505
15. Competência material comum	505
16. Competência legislativa	506

III. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DA UNIÃO

17. Poderes da União	509
18. Sistema de governo	509

Capítulo II – Do Poder Legislativo

I. ORGANIZAÇÃO

1. O Congresso Nacional	513
2. A Câmara dos Deputados	514
3. O Senado Federal	515
4. Organização interna das Casas do Congresso: Regimento Interno – Mesa – Comissões – Polícia – Serviços Administrativos	515
5. Comissão representativa	520

II. FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

6. Funcionamento do Congresso Nacional: Legislatura – Sessões Legis- lativas – Reuniões – <i>Quorum</i> para deliberações	521
7. Atribuições do Congresso Nacional	524
8. Atribuições privativas da Câmara dos Deputados	525
9. Atribuições privativas do Senado Federal	526
10. Convocação e comparecimento de Ministros	527

III. PROCESSO LEGISLATIVO

11. Conceito e objeto	528
12. Atos do processo legislativo: Iniciativa legislativa – Emendas – Votação – Sanção e veto – Promulgação e publicação da lei	529
13. Procedimentos legislativos: Procedimento legislativo ordinário – Procedimento legislativo sumário – Procedimentos legislativos es- peciais	534

IV. ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS

14. Conteúdo	539
15. Prerrogativas: Inviolabilidade – Imunidade – Privilégio de foro – Isenção do serviço militar	539
16. Direitos: subsídio	542
17. Incompatibilidades	543
18. Perda do mandato: Cassação – Extinção	545

Capítulo III – Do Poder Executivo

1. Noção e formas	548
-------------------------	-----

2. Chefe de Estado e Chefe de Governo	548
3. Eleição e mandato do Presidente da República	549
4. Substitutos e sucessores do Presidente	551
5. Subsídios	552
6. Perda do mandato do Presidente e do Vice	553
7. Atribuições do Presidente da República	554
8. Classificação das atribuições do Presidente da República	555
9. Responsabilidade do Presidente da República	556

Capítulo IV – Do Poder Judiciário

<i>I. JURISDIÇÃO</i>	
1. A função jurisdicional	559
2. Jurisdição e legislação	560
3. Jurisdição e administração	561
4. Órgãos da função jurisdicional	562
<i>II. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL</i>	
5. Jurisdição constitucional, guarda da Constituição e Corte Constitucional	563
6. Composição do STF	565
7. Competência	565
8. Descumprimento de preceito constitucional fundamental	568
<i>III. SÚMULAS VINCULANTES</i>	
9. Súmulas vinculantes, súmulas impeditivas de recursos e efeito vinculante	569
10. Súmulas vinculantes e assentos da jurisprudência	570
11. Disciplina das súmulas vinculantes	571
12. Súmulas impeditivas de recurso	572
13. Efeito vinculante	573
<i>IV. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA</i>	
14. Controle externo do Poder Judiciário	574
15. Composição do Conselho	574
16. Funcionamento	575
17. Competência	576
18. Ouvidorias	577
<i>V. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</i>	
19. Composição	577
20. Competência	578
21. Conselho da Justiça Federal	580
<i>VI. JUSTIÇA FEDERAL</i>	
22. Seus órgãos	580
23. Tribunais Regionais Federais: Composição – Competência	581

24. Juízes Federais: Organização da justiça federal de primeira instância – Competência – Foro das causas de interesse da União.....	582
<i>VII. JUSTIÇA DO TRABALHO</i>	
25. Organização.....	585
26. Competência	586
27. Recorribilidade das decisões do TST	587
<i>VIII. JUSTIÇA ELEITORAL</i>	
28. Organização e competência	588
29. Recorribilidade de suas decisões	589
<i>IX. JUSTIÇA MILITAR</i>	
30. Composição	589
31. Competência	590
<i>X. JUIZADOS ESPECIAIS E DE PAZ</i>	
32. Juizados especiais.....	590
33. Justiça de paz	590
<i>XI. ESTATUTO DA MAGISTRATURA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO</i>	
34. Princípios estatutários da magistratura	591
35. Espécies de garantias do Judiciário	595
36. Garantias institucionais do Judiciário	595
37. Garantias funcionais do Judiciário	597
38. Mecanismos de aceleração dos processos	599
39. Escolas de magistrados.....	600

Capítulo V – Das Funções Essenciais à Justiça

<i>I. FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA</i>	
1. “Nemo iudex sine actore”	601
2. Carreiras jurídicas e isonomia concreta	602
<i>II. O ADVOGADO</i>	
3. Uma profissão	602
4. O advogado e a administração da justiça	603
5. Inviolabilidade	604
<i>III. O MINISTÉRIO PÚBLICO</i>	
6. Natureza e princípios institucionais	604
7. Estrutura orgânica	606
8. Garantias	608
9. Funções institucionais	609
10. Conselho Nacional do Ministério Público.....	610
<i>IV. A ADVOCACIA PÚBLICA</i>	
11. Advocacia-Geral da União	612
12. Representação das unidades federadas – Remissão	613

V. A DEFENSORIA PÚBLICA

13. Defensorias Públicas e a defesa dos necessitados	613
14. Princípios	614

TÍTULO III

DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL

Capítulo I – Dos Estados Federados

I. FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS ESTADOS

1. Autonomia dos Estados	617
2. Auto-organização e Poder Constituinte Estadual	618
3. Formas de expressão do Constituinte Estadual	619
4. Limites do Poder Constituinte dos Estados	620
5. Princípios constitucionais sensíveis	621
6. Princípios constitucionais estabelecidos	622
7. Interpretação dos princípios limitadores da capacidade organizadora dos Estados	626

II. COMPETÊNCIAS ESTADUAIS

8. Questão de ordem	626
9. Competências reservadas aos Estados	627
10. Competências vedadas aos Estados	627
11. Competência exclusiva especificada	628
12. Competências estaduais comuns e concorrentes	628
13. Competências estaduais materiais: Econômicas – Sociais – Administrativas – Financeiras	629
14. Competência legislativa	631

III. ORGANIZAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

15. Esquema constitucional	631
16. Poder Legislativo estadual	631
17. Poder Executivo estadual	636
18. Poder Judiciário estadual	640
19. Funções essenciais à Justiça estadual	643

IV. CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

20. Considerações gerais	645
21. Elementos limitativos	646
22. Elementos orgânicos	646
23. Elementos socioideológicos	647
24. Conclusão	647

Capítulo II – Dos Municípios

I. POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO

1. Fundamentos constitucionais	648
2. Município, entidade federada?	649

<i>II. AUTONOMIA MUNICIPAL</i>	
3. Base constitucional da autonomia municipal	649
4. Capacidade de auto-organização municipal	651
5. Lei Orgânica própria	651
6. Competências municipais	652
<i>III. GOVERNO MUNICIPAL</i>	
7. Poderes municipais	653
8. Poder Executivo municipal	654
9. Poder Legislativo municipal	655
10. Subsídio de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores	657

Capítulo III – Do Distrito Federal

<i>I. PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS</i>	
1. Natureza	659
2. Autonomia	659
3. Auto-organização	660
4. Competências	660
<i>II. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL</i>	
5. Poder Legislativo	661
6. Poder Executivo	661
7. Poder Judiciário	662
8. Funções essenciais à Justiça no Distrito Federal	663

**TÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Capítulo I – Estruturas Básicas da Administração Pública

<i>I. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</i>	
1. Noção de Administração	664
2. Organização da Administração	665
3. Administração direta, indireta e fundacional	665
<i>II. ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL</i>	
4. Natureza e posição	667
5. Os Ministros no parlamentarismo e no presidencialismo	667
6. Atribuições dos Ministros	668
7. Condições de investidura no cargo	668
8. Responsabilidade dos Ministros	669
9. Juízo competente para processar e julgar os Ministros	669
10. Os Ministérios	669
<i>III. CONSELHOS</i>	
11. Generalidades	670
12. Conselho da República	671

13. Conselho de Defesa Nacional	672
14. Conselho de Comunicação Social	672
<i>IV. ÓRGÃOS SUPERIORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS</i>	
15. Organização administrativa de Estados e Municípios	673
16. Secretários de Estado	673
17. Órgãos superiores municipais	673
<i>V. REGIÕES</i>	
18. Regiões e microrregiões.....	674
19. Organismos regionais	674
20. Regionalização orçamentária	675
21. Regiões metropolitanas	675

Capítulo II – Dos Princípios Constitucionais da Administração Pública

1. Colocação do tema	677
2. Princípios da legalidade e da finalidade	678
3. Princípio da impessoalidade	678
4. Princípio da moralidade e da probidade administrativas	679
5. Princípio da publicidade	680
6. Princípio da eficiência.....	682
7. Princípio da licitação pública	683
8. Princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos	684
9. Princípio da responsabilidade civil da Administração	685
10. Princípio da participação.....	686
11. Princípio da autonomia gerencial	687

Capítulo III – Dos Servidores Públicos

<i>I. AGENTES ADMINISTRATIVOS</i>	
1. Agentes políticos e administrativos	688
2. Acessibilidade à função administrativa	689
3. Investidura em cargo ou emprego.....	690
4. Contratação de pessoal temporário	692
5. Sistema remuneratório dos agentes públicos	693
6. Acréscimos pecuniários e regras de sua singeleza	698
7. Isonomia, paridade, vinculação e equiparação de vencimentos	698
8. Vedação de acumulações remuneradas	700
9. Servidor investido em mandato eletivo	701
<i>II. SERVIDORES PÚBLICOS</i>	
10. Execução de serviços na Federação e organização do funcionalismo	702
11. Direitos previdenciários dos servidores públicos	703
12. Efetividade e estabilidade	708
13. Vitaliciedade	710

14. Sindicalização e greve de servidores públicos	710
15. Direitos trabalhistas extensivos aos servidores	712
<i>III. DOS MILITARES</i>	
16. Conceito	713
17. Direitos e garantias constitucionais dos servidores militares	714
18. Direitos trabalhistas extensivos aos servidores militares	717

TÍTULO V
BASES CONSTITUCIONAIS
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional

<i>I. DISPOSIÇÕES GERAIS DA TRIBUTAÇÃO</i>	
1. Questão de ordem	718
2. Componentes	718
3. Empréstimo compulsório	719
4. Contribuições sociais.....	720
5. Normas de prevenção de conflitos tributários	721
6. Elementos do sistema tributário nacional	724
<i>II. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR</i>	
7. Poder de tributar e suas limitações	724
8. Princípios constitucionais da tributação e sua classificação	724
<i>III. DISCRIMINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RENDAS TRIBUTÁRIAS</i>	
9. Natureza e conceito	732
10. Sistema discriminatório brasileiro	733
<i>IV. DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS POR FONTES</i>	
11. Atribuição constitucional de competência tributária	734
12. Competência tributária da União	735
13. Competência tributária dos Estados	738
14. Competência tributária dos Municípios.....	741
<i>V. DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS PELO PRODUTO</i>	
15. Repartição de receitas e federalismo cooperativo	742
16. Técnicas de repartição da receita tributária	743
17. Normas de controle e disciplina da repartição de receita tributária...	745

Capítulo II – Das Finanças Públicas e do Sistema Orçamentário

<i>I. NORMAS SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS</i>	
1. Colocação do tema	747
2. Normas gerais	747
3. Função do Banco Central	748

<i>II. ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS</i>	
4. Instrumentos normativos do sistema orçamentário	748
5. Orçamento-programa	750
<i>III. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS</i>	
6. Conteúdo dos orçamentos	751
7. Formulação dos princípios orçamentários	751
8. O princípio da exclusividade	752
9. O princípio da programação	753
10. O princípio do equilíbrio orçamentário	753
11. O princípio da anualidade	754
12. O princípio da unidade	755
13. O princípio da universalidade	756
14. O princípio da legalidade	757
15. Princípios da não vinculação e da quantificação dos créditos orçamentários	758
<i>IV. ELABORAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS</i>	
16. Leis orçamentárias	759
17. Processo de formação das leis orçamentárias	760
18. Rejeição do projeto de orçamento anual e suas consequências	761
 <i>Capítulo III – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária</i>	
<i>I. FISCALIZAÇÃO E SISTEMAS DE CONTROLE</i>	
1. A função de fiscalização	763
2. Formas de controle	764
3. O sistema de controle interno	765
4. O sistema de controle externo	766
<i>II. TRIBUNAIS DE CONTAS</i>	
5. Instituição do Tribunal de Contas da União	767
6. Organização e atribuições do Tribunal de Contas da União	768
7. Participação popular	771
8. Tribunais de Contas estaduais e municipais	771
9. Natureza do controle externo e do Tribunal de Contas	772
10. Prestação de contas	773

TÍTULO VI
DA DEFESA DO ESTADO
E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Capítulo I – Do Estado de Defesa no Estado de Sítio

<i>I. SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES</i>	
1. Defesa do Estado e compromissos democráticos	774

2. Defesa das instituições democráticas	775
3. Tipos de estados de exceção vigentes	777
<i>II. ESTADO DE DEFESA</i>	
4. Defesa do Estado e estado de defesa	777
5. Pressupostos e objetivo	778
6. Efeitos e execução do estado de defesa	779
7. Controles	779
<i>III. ESTADO DE SÍTIO</i>	
8. Pressupostos, objetivos e conceito	781
9. Efeitos do estado de sítio	783
10. Controles do estado de sítio	784
<i>Capítulo II – Das Forças Armadas</i>	
1. Destinação constitucional	785
2. Instituições nacionais permanentes	786
3. Hierarquia e disciplina	787
4. Componentes das Forças Armadas	788
5. Fixação e modificação dos efetivos das Forças Armadas	788
6. A obrigação militar	788
7. Organização militar e seus servidores	790
<i>Capítulo III – Da Segurança Pública</i>	
1. Polícia e segurança pública	791
2. Organização da segurança pública	793
3. Polícias federais	794
4. Polícias estaduais	795
5. Polícias penais	796
6. Guardas municipais	796
7. Segurança viária	796

QUARTA PARTE

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL

TÍTULO I
DA ORDEM ECONÔMICA

Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

I. BASES CONSTITUCIONAIS DA ORDEM ECONÔMICA

1. Questão de ordem	799
2. Constitucionalização da ordem econômica	800
3. Elementos socioideológicos	801
4. Fundamento e natureza da ordem econômica instituída	802
5. Fim da ordem econômica	802

II. CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E SEUS PRINCÍPIOS

6. Ideia de constituição econômica	804
7. Princípios da constituição econômica formal	805
8. Soberania nacional econômica	806
9. Liberdade de iniciativa econômica	807
10. Livre concorrência e abuso do poder econômico	809
11. Princípios de integração	810
12. Empresa brasileira e capital estrangeiro	811

III. ATUAÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO

13. Capitalismo, socialismo e estatismo	814
14. Serviço público e atividade econômica estatal	815
15. Modos de atuação do Estado na economia	818
16. Exploração estatal de atividade econômica	818
17. Monopólios	819
18. Intervenção no domínio econômico	821
19. Planejamento econômico	823

Capítulo II – Das Propriedades na Ordem Econômica

1. O princípio da propriedade privada	826
2. Propriedade dos meios de produção e propriedade socializada	826
3. Função social da empresa e condicionamento à livre iniciativa	828
4. Propriedade de interesse público	829
5. Propriedade do solo, do subsolo e de recursos naturais	829
6. Propriedade de embarcações nacionais	830
7. Política urbana e propriedade urbana	830
8. Propriedade rural e reforma agrária	833

Capítulo III – Do Sistema Financeiro Nacional

1. Generalidades	839
2. As alterações da EC-40/2003	839
3. Lei complementar e recepção constitucional	840
4. Sentido e objetivos	841
5. Participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras	841
6. Cooperativas de crédito	842

TÍTULO II

DA ORDEM SOCIAL*Capítulo I – Introdução à Ordem Social*

1. Considerações gerais	843
2. Base e objetivo da ordem social	843
3. Conteúdo e princípios da ordem social	843

Capítulo II – Da Seguridade Social

1. Conteúdo, princípios e financiamentos da seguridade social	845
2. Saúde	846

3. Previdência social.....	848
4. Assistência social	852

Capítulo III – Da Ordem Constitucional da Cultura

1. Questão de ordem	853
2. Educação	853
3. Princípios básicos do ensino	854
4. Autonomia universitária	855
5. Ensino público	856
6. Ensino pago e ensino gratuito	858
7. Cultura e direitos culturais	860
8. Desporto	862
9. Ciência e tecnologia	862
10. Comunicação social.....	863
11. Meio ambiente	864

Capítulo IV – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

1. A família	867
2. Tutela da criança, do adolescente e do jovem	868
3. Tutela dos idosos	869

Capítulo V – Dos índios

1. Fundamentos constitucionais dos direitos indígenas	870
2. Organização social dos índios: comunidade, etnia e nação	870
3. Direitos sobre as terras indígenas	873
4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	874
5. O indigenato	875
6. Posse permanente	877
7. Usufruto exclusivo	878
8. Mineração em terras indígenas	878
9. Demarcação das terras indígenas	879
10. Defesa dos direitos e interesses dos índios.....	880

QUINTA PARTE
CONCLUSÃO GERAL

<i>Capítulo Único</i>	883
BIBLIOGRAFIA CITADA	885
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	907